



# DOCTRINA DE EMPREGO DE POLÍCIA MILITAR

PARA O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS

CAP. QOPM RAFAEL CORDASCO PENKAL

COMANDANTE DA PRIMEIRA ESFAEP

# Conceito de Doutrina

**Doutrina**, que é um pilar central para a organização e atuação de nossa Corporação. A Doutrina pode ser definida como um conjunto coeso de valores, princípios gerais, características, conceitos básicos, concepções táticas, leis, normas, diretrizes, técnicas e processos. Sua principal finalidade é estabelecer uma fundação sólida que oriente a organização, o preparo e o emprego uniforme da Corporação, tanto na preservação da ordem pública, quanto nas missões que advêm de nossa posição como força auxiliar e reserva do exército, no contexto do nosso Estado-Membro.

A Doutrina serve como um manual orientador, garantindo que todos atuem em sintonia e alinhados aos mesmos objetivos, promovendo uma atuação harmônica e eficaz.

Para o **Corpo de Bombeiros Militar**, a Doutrina tem uma ênfase particular na preservação da tranquilidade e da salubridade públicas. Essas duas facetas são integrantes vitais do conceito de ordem pública, e refletem a missão dos Bombeiros de prover segurança, responder a emergências e garantir um ambiente saudável e seguro para a população.

Vamos detalhar um pouco mais:

1. **Valores e Princípios:** São os alicerces éticos e morais que guiam a conduta de todos os membros da Corporação. Eles inspiram respeito, integridade, e dedicação ao serviço público.
2. **Conceitos Básicos e Táticas:** Oferecem um entendimento claro sobre as estratégias e abordagens a serem adotadas em diversas situações operacionais.
3. **Leis, Normas e Diretrizes:** Proporcionam o enquadramento legal e regulamentar para a atuação da Corporação, assegurando a conformidade com as leis e regulamentos vigentes.
4. **Técnicas e Processos:** Abordam os métodos e procedimentos operacionais que otimizam a eficiência e eficácia no desempenho das missões.

O entendimento profundo e a adesão à Doutrina são fundamentais para o sucesso de nossa atuação. Ao seguir estas diretrizes estabelecidas, garantimos uma resposta coesa, profissional e eficaz às demandas da sociedade, consolidando ainda mais a confiança e o respeito da comunidade que servimos.

É essencial que cada um de vocês, como sargentos, internalize a Doutrina e se empenhe em transmiti-la aos seus subordinados. Este é um passo fundamental para garantir a excelência na prestação dos serviços à nossa sociedade, e na realização de nossa missão maior de preservar a ordem, a segurança e o bem-estar público.

O conceito de **Estratégia**, que é um elemento-chave para o sucesso de nossas operações. A estratégia é um conjunto bem articulado de táticas que, quando combinadas de maneira inteligente, visam alcançar objetivos específicos. Trata-se de uma camada superior de planejamento e coordenação que engloba diversas ações táticas, com o objetivo de maximizar a eficiência e eficácia de nossas operações.

A **estratégia militar**, especificamente, pode ser vista como a habilidade de empregar as Forças Armadas de maneira a alinhar-se com as orientações estabelecidas pela política nacional. Os objetivos principais desta estratégia incluem a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais, e, quando solicitado por qualquer desses poderes, a manutenção da lei e da ordem.

Vejam algumas nuances deste conceito:

1. **Planejamento:** Uma estratégia bem-sucedida começa com um planejamento meticuloso, que leva em consideração todas as variáveis relevantes, recursos disponíveis e potenciais desafios.
2. **Articulação de Táticas:** A estratégia integra várias táticas, coordenando-as de forma que se complementem e fortaleçam umas às outras, conduzindo ao alcance dos objetivos estabelecidos.
3. **Alinhamento com Políticas Nacionais:** É crucial que a estratégia militar esteja alinhada com a política nacional, garantindo que as ações das Forças Armadas estejam em harmonia com os objetivos e diretrizes mais amplos estabelecidos pelos poderes constitucionais.
4. **Flexibilidade:** A estratégia deve ser suficientemente flexível para adaptar-se a mudanças nas circunstâncias, permitindo uma resposta rápida e eficaz a novos desafios.
5. **Avaliação e Ajuste Contínuos:** A estratégia deve ser continuamente avaliada e ajustada conforme necessário para garantir que permaneça relevante e eficaz frente às dinâmicas em constante mudança.

A **Estratégia** não é um plano rígido, mas um guia adaptável que nos ajuda a navegar no complexo cenário operacional, sempre com o objetivo de cumprir nossa missão da forma mais eficaz possível.

# Conceito de Missão

A missão é a descrição de uma tarefa ou dever que deve ser executado ou cumprido por um indivíduo, organização, força militar ou policial. Ela é expressa principalmente através do cumprimento de ações que estão alinhadas com os objetivos ou finalidades desejadas, gerando um efeito específico. Em essência, a missão encapsula a noção de dever, obrigação ou compromisso que cada um de nós tem perante a nossa Corporação e a sociedade que servimos.

A **Polícia Militar**, como uma instituição estatal estruturada com base na hierarquia e disciplina, tem uma missão muito clara: prover segurança pública através da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública. Além disso, há uma potencial participação na segurança nacional, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas como força policial militar, participando da defesa interna e da defesa territorial.

Vamos destrinchar um pouco mais:

1. **Cumprimento de Ações:** A missão direciona as ações que devem ser tomadas para alcançar os objetivos desejados. É uma espécie de bússola que guia as atividades diárias e operacionais de nossa Corporação.
2. **Efeito Desejado:** A ideia é que ao cumprir a missão, um efeito desejado seja alcançado, contribuindo para a segurança, ordem e bem-estar da comunidade.
3. **Hierarquia e Disciplina:** Estes são pilares fundamentais que sustentam a eficácia e a eficiência na execução da missão. A estrutura hierárquica assegura a coordenação, enquanto a disciplina garante a aderência às normas e procedimentos estabelecidos.
4. **Segurança Pública:** Este é o núcleo da missão da Polícia Militar. Através da polícia ostensiva, trabalhamos proativamente para prevenir e lidar com ameaças à segurança e à ordem pública.
5. **Participação na Segurança Nacional:** Em circunstâncias especiais, a Polícia Militar pode ser chamada a contribuir para a segurança nacional, reforçando as estruturas de defesa interna e territorial.

# Operação Policial Militar

Adentrando o conceito de **Operação Policial Militar**, encontramos uma complexa conjugação de ações executadas por uma tropa ou suas frações constituídas. Esta operação demanda um planejamento meticuloso e um alto grau de coordenação e controle. Dada a sua natureza, pode alcançar diferentes caracteres, como estratégico, tático-operacional, administrativo ou de instrução. Estas operações são desenvolvidas por comandos, unidades, grupos, subunidades, seções ou outras frações, seja de maneira isolada ou em conjunto.

Vamos entender alguns pontos importantes sobre a Operação Policial Militar:

1. **Planejamento Específico:** Antes de qualquer operação, é crucial ter um plano bem definido. Este planejamento deve considerar todos os recursos disponíveis, possíveis ameaças, e o contexto no qual a operação será executada.
2. **Coordenação e Controle:** Uma comunicação eficaz e uma coordenação apurada são vitais para garantir que a operação transcorra conforme o planejado, minimizando riscos e maximizando a eficácia.
3. **Caráter Diversificado:** As operações podem ter vários focos, desde estratégicos até administrativos ou de instrução. Este caráter diversificado evidencia a amplitude de atuação da Polícia Militar.
4. **Execução por Diferentes Frações:** Seja através de unidades, grupos, ou outras frações, a diversidade de executores demonstra a capacidade de adaptação e a versatilidade da nossa Corporação.

**5. Forças Tarefa:** Por meio de forças tarefa, operações conjuntas podem ser executadas, combinando frações policiais militares ou bombeiros militares com outras forças, para o cumprimento de missões específicas. Esta colaboração pode se estender a órgãos de apoio da Corporação ou a órgãos integrantes do sistema de defesa social, demonstrando um trabalho integrado e multidisciplinar.

**6. Cumprimento de Missões Específicas:** O objetivo final é sempre o cumprimento de missões específicas, visando à manutenção da ordem, segurança pública e, em algumas situações, a atuação em conjuntura com o sistema de defesa social.

Cada Operação Policial Militar é uma manifestação prática do compromisso da Polícia Militar com a segurança e a ordem pública. Como futuros sargentos, vocês estarão frequentemente no cerne dessas operações, desempenhando papéis de liderança, coordenação e execução.

Entender profundamente a estrutura e os requisitos de uma operação bem-sucedida, além de se preparar adequadamente para elas, é fundamental para a eficácia de sua atuação e, conseqüentemente, para a realização da missão de nossa instituição.

# Ordem Pública

O conceito de **Ordem Pública**, um dos pilares centrais em que se baseia a atuação da Polícia Militar. Ordem Pública é o estado de convivência pacífica e harmoniosa entre os membros de uma sociedade, fundamentada nos princípios éticos que regem essa sociedade. É uma condição indispensável para o bem-estar e a prosperidade de uma comunidade.

Aqui estão alguns pontos importantes sobre Ordem Pública:

1. **Objeto da Segurança Pública:** A Ordem Pública é um dos principais objetivos da segurança pública. É para manter essa ordem que a Polícia Militar e outros órgãos de segurança atuam de maneira preventiva e reativa, sempre buscando a paz social.
2. **Diferença entre Ordem Pública e Ordem Interna:** É fundamental diferenciar ordem pública de ordem interna. A ordem pública refere-se à convivência entre cidadãos em um contexto mais amplo, enquanto a ordem interna pode estar relacionada a ambientes específicos ou instituições, como, por exemplo, a disciplina dentro de uma corporação ou instituição.
3. **Proteção e Incolumidade:** Um dos propósitos da ordem pública é garantir a proteção das pessoas, seus bens e o meio ambiente. Esta proteção é direcionada contra a ação de delinquentes comuns, que atuam fora dos parâmetros legais, visando causar danos ou obter vantagens ilícitas.
4. **Ausência de Contestação Ideológica:** A Ordem Pública visa combater delitos sem entrar no mérito de contestações ideológicas. O foco está na prevenção e repressão de atividades que comprometam a segurança, a paz e a harmonia social, independentemente das motivações ideológicas que possam estar por trás de determinadas ações adversas.

A Ordem Pública, portanto, é um termômetro de estabilidade e segurança de uma região. A eficácia de nossa atuação enquanto Polícia Militar é muitas vezes refletida no nível de ordem pública que conseguimos manter ou restaurar.

A abordagem para manter a ordem pública deve ser equilibrada, respeitando os direitos e liberdades individuais, mas ao mesmo tempo, sendo firme e resoluta na prevenção e combate a atividades ilícitas. É um trabalho que demanda dedicação, preparo, conhecimento e uma forte consciência da missão que temos perante a sociedade que servimos.

# O Poder de Polícia.

Esse poder é o que fundamenta e legitima a ação policial em nossa sociedade. É por meio dele que a administração pública, representada pela polícia, exerce um controle necessário sobre os direitos e liberdades dos indivíduos, sempre visando o bem comum.

Vamos entender mais sobre os atributos essenciais do Poder de Polícia:

## 1. **Auto-executoriedade:**

- Este atributo permite que a administração pública, neste caso a Polícia Militar, execute diretamente suas decisões. Significa que, ao identificar uma situação que requeira intervenção, a polícia tem a autoridade de agir prontamente para restaurar a ordem, sem necessidade de autorização judicial prévia.

## 2. **Discrecionabilidade:**

- A discrecionabilidade é caracterizada pela liberdade que a administração tem em determinar quando e como exercer o poder de polícia, assim como em aplicar sanções e empregar os meios necessários para alcançar os objetivos desejados. Entretanto, essa liberdade deve ser exercida com responsabilidade e embasamento legal, sempre visando a proteção do bem comum e o respeito aos direitos dos cidadãos.

## 3. **Coercibilidade:**

- A coercibilidade destaca-se pela possibilidade de imposição coativa das medidas adotadas pela administração. Em outras palavras, o ato de polícia é imperativo e, se necessário, admite o emprego de força pública para garantir seu cumprimento, especialmente quando enfrenta resistência. Importante ressaltar que, mesmo que o poder de polícia permita o uso da força, esta deve ser proporcional e justificada, não legitimando, de forma alguma, violência desproporcional ou abusos.

A política, como bem definida, é a arte de organizar, governar e dirigir as ações de um Estado, tanto interna quanto externamente, sempre com o objetivo de alcançar o bem comum. A liberdade e a segurança são pilares essenciais nessa jornada, proporcionando um ambiente onde os cidadãos podem viver e prosperar de maneira digna e protegida.

**Preservação da Ordem Pública:** Este é um termo muito significativo para a nossa atuação na Polícia Militar. A preservação da ordem pública engloba duas vertentes essenciais: a **prevenção** e a **restauração** da ordem.

- **Prevenção:** A polícia exerce um papel proativo, trabalhando incessantemente para evitar que desordens ou crimes aconteçam. Esta é uma ação contínua que visa garantir a segurança e a tranquilidade da população.
- **Restauração:** Quando a ordem pública é perturbada por algum incidente ou crime, entra em cena a necessidade de restauração. A polícia, neste cenário, atua para reverter a desordem e garantir que a lei seja cumprida, restaurando assim a tranquilidade e a segurança da sociedade.

A preservação da ordem pública é, portanto, uma tarefa ampla que abarca tanto ações preventivas quanto repressivas imediatas, estas últimas também parte da função judiciária da polícia, atuando na repressão imediata para a restauração da ordem.

É fácil perceber, então, que a preservação tem uma amplitude maior quando comparada à simples manutenção da ordem, pois não só cuida para que a ordem seja mantida, mas também atua prontamente para restaurá-la quando necessário.

# Segurança Pública:

**Segurança Pública:** Trata-se de um conjunto de procedimentos políticos e jurídicos, arquitetados com o intuito de assegurar a ordem pública, facilitando a convivência harmoniosa entre as pessoas em uma sociedade. Dentro desse conceito, podemos destacar quatro pontos centrais:

1. **O Valor Garantido (O QUÊ):** Este é o núcleo da Segurança Pública - garantir uma convivência pacífica entre os cidadãos. Este é o "o quê" que estamos protegendo e preservando através de nossa atuação.
2. **O Autor da Garantia (QUEM):** O Estado, representado por nós, forças policiais, detém o monopólio do uso legítimo da força para assegurar essa convivência pacífica. Somos os guardiões da ordem pública, sendo nosso dever intervir quando essa ordem é ameaçada ou violada.
3. **O Risco (CONTRA O QUÊ):** Identificamos e combatemos o que chamamos de antivalor, que é qualquer perturbação, potencial ou efetiva, à ordem pública. Estes riscos podem se manifestar de diversas formas, como crimes, distúrbios, ou qualquer outro ato que desafie a lei e a ordem.

**4. A Modalidade de Poder como Fator de Garantia (COM O QUÊ):** Utilizamos o Poder de Polícia, que se manifesta em quatro modalidades ou fases para garantir a ordem pública:

- **Ordem de Polícia:** Diretrizes e regulamentos que estabelecem o que é permitido e o que não é, ajudando a manter a ordem.
- **Consentimento de Polícia:** Aprovações ou licenças concedidas pela polícia para atividades específicas.
- **Fiscalização de Polícia:** Verificações regulares para garantir que as leis e regulamentos estejam sendo seguidos.
- **Sanção de Polícia:** Medidas tomadas em resposta a violações das leis ou regulamentos, incluindo a aplicação de penalidades.

# Tática:

A tática pode ser descrita como a junção entre ciência e arte quando se trata de planejar, organizar e empregar forças e recursos de maneira eficaz e no tempo certo. É o nível intermediário entre a estratégia, que é mais ampla, e as ações no terreno, que são mais detalhadas. Na esfera militar, a tática está intrinsecamente ligada a como os comandos intermediários, unidades, subunidades ou outras frações são dispostas e empregadas de acordo com as missões atribuídas às forças auxiliares, especialmente quando a ordem pública ou interna está em jogo. Este é o nível onde os planos são traduzidos em ações concretas, considerando sempre o contexto geográfico e temporal, para alcançar os objetivos desejados.

### **Tranquilidade Pública:**

A tranquilidade pública é um reflexo do bem-estar social e da paz que prevalece em uma sociedade. É quando as pessoas podem coexistir de maneira harmoniosa e pacífica, criando um ambiente propício para o desenvolvimento pessoal e coletivo. O clima de convivência amistosa é um pilar fundamental para a tranquilidade pública. Quando as forças policiais conseguem manter a ordem e prevenir ou responder eficazmente às ameaças, contribuem significativamente para este estado de tranquilidade. Assim, a Tranquilidade Pública é um indicador tanto da eficácia das nossas ações quanto da qualidade de vida da população. É o objetivo final que buscamos alcançar através de nosso compromisso diário com a segurança e a ordem.

Entender o conceito de polícia pode ser um desafio devido à complexidade e amplitude de funções que essa instituição desempenha na sociedade. Vamos dividir a explicação em três acepções como mencionado no texto, e fornecer exemplos para facilitar o entendimento:

#### 1. **Regras de Polícia:**

- **Exemplo:** Imaginemos uma cidade onde é proibido estacionar em determinadas ruas entre 7h e 9h da manhã para facilitar o fluxo de trânsito durante o horário de pico. Essa regra, imposta pela autoridade pública, é uma "regra de polícia". Ela é estabelecida não por um desejo arbitrário, mas para garantir um trânsito mais fluído e seguro para todos os cidadãos.

## 1. Conjunto de Atos de Execução:

- **Exemplo:** Vamos supor que uma pessoa decide estacionar seu carro em uma daquelas ruas proibidas durante o horário restrito. A "polícia", no sentido de ação, pode ser o agente de trânsito que coloca uma multa no para-brisa do carro (ação repressiva) ou o mesmo agente que, ao ver alguém tentando estacionar durante o horário proibido, orienta o motorista a se mudar (ação preventiva).
- **Polícia administrativa vs. Polícia judiciária:** Enquanto a polícia administrativa está preocupada com a regulação, controle e supervisão de atividades (como o agente de trânsito mencionado), a polícia judiciária investiga crimes e reúne evidências para processos judiciais (como um detetive investigando um roubo).

## 2. Forças Públicas Encarregadas da Fiscalização:

- **Exemplo:** Em nossa cidade hipotética, podemos ter uma força policial que patrulha as ruas, garantindo que as leis sejam seguidas. Esta força pode ter diferentes unidades, como polícia de trânsito, polícia ambiental, entre outras. Cada uma delas tem a responsabilidade específica de garantir que certas leis ou regulamentos sejam seguidos. Quando falamos de "polícia" neste sentido, estamos nos referindo a esses profissionais uniformizados que vemos nas ruas, nos postos de controle ou em viaturas.

Portanto, quando ouvimos a palavra "polícia", o contexto é crucial para entender a que exatamente estamos nos referindo. Pode ser a regra, a ação de aplicar a regra, ou as próprias pessoas encarregadas de garantir a aplicação da regra. Em todos os casos, o objetivo central é o mesmo: garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

A definição de polícia envolve uma complexa interação de elementos que são fundamentais para entender sua estrutura e função dentro de uma sociedade. Aqui está uma exploração detalhada dos três elementos mencionados, juntamente com exemplos para ilustrar cada ponto:

### 1. **O Estado (Elemento Subjetivo):**

- O Estado é a entidade soberana que detém o monopólio do uso legítimo da força dentro de seu território. Ele estabelece as leis e regulamentos que guiam a conduta dos cidadãos e organiza os órgãos de polícia para garantir que essas leis sejam obedecidas.
- **Exemplo:** O Estado, através do seu aparato legislativo, cria leis de trânsito para garantir a segurança nas estradas. Essas leis são então aplicadas por órgãos de polícia estatais, como a Polícia Rodoviária.

### 2. **Noção de Finalidade (Elemento Teleológico):**

- A finalidade da polícia é preservar a ordem e garantir a segurança individual e coletiva. Este elemento teleológico destaca a razão de ser da polícia, que é criar e manter um ambiente seguro e ordenado para todos.
- **Exemplo:** A polícia local responde a chamadas de emergência, patrulha bairros para prevenir crimes e conduz investigações para resolver crimes, com o objetivo de manter a segurança e a ordem na comunidade.

### 3. Conjunto de Restrições (Elemento Objetivo):

- Este elemento refere-se às limitações legais que são impostas aos indivíduos e grupos para evitar a perturbação da ordem social. Essas restrições são manifestações concretas do poder de polícia, que podem limitar certas liberdades em prol do bem comum.
- **Exemplo:** Um exemplo clássico é a proibição de fazer barulho excessivo durante a noite. Embora os indivíduos tenham a liberdade de expressão e de reunião, essas liberdades são restringidas pela necessidade de manter a paz e a tranquilidade em uma comunidade, especialmente durante as horas de descanso.

Estes três elementos, inter-relacionados, formam a base sobre a qual o conceito de polícia é construído. O entendimento destes elementos é crucial para apreciar o papel vital que a polícia desempenha na manutenção da ordem e segurança numa sociedade. Ao mesmo tempo, é importante ter em mente que o exercício do poder de polícia deve ser conduzido de acordo com os princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade, respeitando os direitos e liberdades dos cidadãos.

# A exclusividade do Estado no exercício do poder de polícia.

A importância da tranquilidade pública e as restrições jurídicas à liberdade individual, todas crucialmente interligadas para a manutenção da ordem e progresso na sociedade. Vamos explorar cada uma dessas ideias juntamente com exemplos para uma compreensão mais rica:

## 1. Estado: Detentor Único do Poder de Polícia:

- O Estado, sendo a única entidade com o poder de polícia, regula a ordem e a segurança pública por meio de suas instituições policiais.
- **Exemplo:** No Brasil, instituições como a Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar são órgãos estatais responsáveis pela execução do poder de polícia, cada uma com suas competências específicas definidas em lei.

## 1. **Tranquilidade Pública:**

- A tranquilidade pública é vital para o desenvolvimento harmonioso da sociedade, proporcionando um ambiente propício para o exercício das atividades cotidianas e o progresso coletivo.
- **Exemplo:** Quando as forças policiais atuam eficazmente na prevenção e combate ao crime, cria-se um ambiente de tranquilidade que favorece o desenvolvimento econômico, social e cultural.

## 2. **Restrições Jurídicas à Liberdade:**

- O exercício da liberdade individual deve ser balanceado com a necessidade de manter a ordem pública. Restrições jurídicas são impostas para evitar que ações de um indivíduo prejudiquem os demais.
- **Exemplo:** Leis que regulam o volume de som em determinados horários ou o direito de manifestação de forma pacífica, são exemplos de como o Estado impõe restrições para garantir o respeito e a convivência harmoniosa entre os cidadãos.

O poder de polícia é uma prerrogativa exclusiva do Estado, exercida por meio de órgãos da Administração Pública e por indivíduos devidamente autorizados, visando garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas. O equilíbrio entre a liberdade individual e as necessidades coletivas é crucial para a construção de uma sociedade justa e progressista. As forças policiais, como extensões do poder estatal, desempenham um papel fundamental na manutenção desse equilíbrio, sempre resguardando os princípios constitucionais e os direitos humanos.

segurança e defesa, são críticos para entender como o Estado trabalha para garantir a proteção dos cidadãos e da ordem social. Elas são parte integrante do escopo da segurança pública, mas têm focos e aplicabilidades distintas. Vejamos uma análise detalhada juntamente com exemplos para elucidar melhor:

### 1. **Segurança:**

- A segurança é uma garantia providenciada pelo Estado que tem como objetivo proteger os cidadãos e suas comunidades de várias ameaças e riscos, que podem variar desde a criminalidade até desastres naturais.
- **Exemplo:** A implementação de policiamento comunitário, monitoramento por câmeras em locais públicos, programas de prevenção ao crime, e respostas rápidas a emergências são formas de como o Estado busca proporcionar segurança à população.

### 2. **Defesa:**

- A defesa, por outro lado, é uma resposta mais direta e muitas vezes reativa a ameaças específicas. Ela envolve a utilização de forças e recursos para neutralizar ou mitigar riscos imediatos.
- **Exemplo:** Em casos de ataques terroristas, as forças de segurança são mobilizadas para neutralizar os agressores e proteger a população. Da mesma forma, em situações de distúrbios civis graves, pode ser necessária a intervenção de forças especializadas para restaurar a ordem.

**Distinção:**

- A principal distinção entre segurança e defesa pode ser vista em seus respectivos escopos e métodos de aplicação. A segurança é mais abrangente e preventiva, buscando criar um ambiente estável e seguro por meio de uma série de medidas e políticas proativas. A defesa, por sua vez, é mais focada e reativa, sendo acionada em resposta a ameaças imediatas ou situações de crise.

**Interligação:**

- A segurança e a defesa são interdependentes. Uma segurança bem estruturada pode reduzir a necessidade de ações defensivas, enquanto uma resposta defensiva eficaz pode contribuir para a segurança de longo prazo. Juntas, ajudam a construir uma estrutura robusta de segurança pública que é crucial para a manutenção da ordem social e o bem-estar dos cidadãos.

# Responsabilidades das Polícias Militares

As Polícias Militares têm uma série de responsabilidades cruciais no âmbito da defesa e segurança pública. Essas responsabilidades são delineadas para garantir que a ordem pública seja mantida, e que a comunidade esteja segura. Vamos analisar cada uma das responsabilidades citadas:

## 1. **Principais responsabilidades das Polícias Militares na Defesa Pública:**

- A Polícia Militar é um dos principais órgãos responsáveis por manter a ordem pública e garantir a segurança das pessoas. Este papel pode abranger uma variedade de atividades, desde o policiamento ostensivo até operações especiais em resposta a ameaças graves.

## 2. **Inteligência:**

- A coleta e análise de dados é fundamental para entender o cenário de segurança, identificar ameaças emergentes e planejar ações preventivas. Exemplo: Identificação de padrões de atividades criminosas em determinadas regiões para alocar melhor os recursos policiais.

## 3. **Policiamento Ostensivo:**

- O patrulhamento regular e uma presença visível nas ruas serve como um desincentivo para atividades criminosas. Exemplo: Patrulhas regulares em áreas de alta criminalidade.

#### **4. Atendimento às chamadas da população:**

- A resposta rápida às solicitações e denúncias dos cidadãos é crucial para uma ação policial eficaz. Exemplo: Responder prontamente a uma chamada de emergência sobre um assalto em andamento.

#### **5. Atividades de Informações:**

- Coleta e compartilhamento de informações sobre atividades criminosas ajudam na prevenção e investigação de crimes. Exemplo: Troca de informações entre diferentes órgãos de segurança sobre operações de grupos criminosos.

#### **6. Atividades de Polícia de Preservação da Ordem Pública:**

- A repressão rápida a crimes e a prisão de infratores é vital para manter a ordem. Exemplo: Detenção de indivíduos cometendo vandalismo durante um protesto.

## **7. Operações de Bombeiros:**

- A prevenção e combate a incêndios e outras emergências são essenciais para a segurança pública.  
Exemplo: Resgate de pessoas presas em um prédio em chamas.

## **8. Operações Cívico-Comunitárias:**

- Engajamento com a comunidade para promover a prevenção do crime e conscientização. Exemplo: Workshops de segurança comunitária e patrulhas de bairro.

## **9. Operações Eventuais de Saturação Policial:**

- Operações focadas em áreas de alta criminalidade podem ajudar a deter atividades ilegais.  
Exemplo: Blitz para capturar criminosos procurados ou para identificar veículos roubados.

## **10. Operações de Choque e Operações Especiais:**

- Em situações extraordinárias, unidades especiais podem ser mobilizadas. Exemplo: Unidades de resposta rápida durante uma situação de tomada de reféns.

## **11. Comandos Policiais Integrados:**

- A cooperação entre diferentes órgãos estatais é vital para combater o crime organizado e outras ameaças graves. Exemplo: Operações conjuntas com a Polícia Federal e a Polícia Civil para desmantelar redes de tráfico de drogas.

Cada uma destas responsabilidades requer um grau diferente de treinamento, preparação e recursos, evidenciando a complexidade e a multidimensionalidade do trabalho desempenhado pelas Polícias Militares na garantia da ordem e segurança públicas.

A interação entre ordem pública e ordem política é crucial para entender como a governança e a segurança estão entrelaçadas. Questões de ordem pública podem ter implicações políticas significativas, e as decisões políticas, por sua vez, podem influenciar diretamente a ordem pública. Um exemplo clássico pode ser visto em como as leis e regulamentos políticos podem moldar as políticas de segurança pública e, inversamente, como questões de segurança pública podem influenciar o debate político e a formulação de políticas.

**1. Defesa Social:**

- A defesa social é um conjunto holístico de ações, tanto públicas quanto privadas, voltadas para a manutenção da paz social. Por exemplo, iniciativas comunitárias de vigilância de bairro podem funcionar em conjunto com esforços de policiamento para promover a segurança local.

**2. Abrangência:**

- A abrangência da defesa social vai além da segurança pública tradicional e engloba aspectos de harmonia social e garantia de direitos, tanto individuais quanto coletivos. Por exemplo, programas de mediação comunitária podem ajudar a resolver disputas locais, promovendo a harmonia social.

**3. Objetivo:**

- O objetivo principal é resolver conflitos e pendências de maneira pacífica, protegendo tanto os cidadãos individuais quanto a sociedade em geral. Um programa de resolução alternativa de disputas, por exemplo, pode oferecer meios não violentos de resolver conflitos.

**4. Exercida por:**

- A defesa social é exercida por uma variedade de entidades e órgãos, públicos e privados, cada um com um papel a desempenhar. Por exemplo, as organizações comunitárias podem trabalhar em conjunto com as autoridades locais para promover a segurança e o bem-estar.

**5. Interação com Polícias Militares:**

- A colaboração entre a Polícia Militar e outros órgãos é crucial. Por exemplo, operações conjuntas entre diferentes forças de segurança podem ser mais eficazes no combate ao crime organizado.

**6. Outros Integrantes da Defesa Social:**

- Além da segurança pública, áreas como saúde, educação e serviços sociais são integrantes vitais da defesa social. Por exemplo, programas de educação e sensibilização podem ajudar a prevenir a delinquência juvenil.

**7. Colaboração Efetiva:**

- A colaboração efetiva entre diferentes stakeholders, incluindo a comunidade, é crucial para a promoção da defesa social. Por exemplo, conselhos de segurança comunitária podem fornecer um fórum para discussão e coordenação entre cidadãos e autoridades.

**8. Importância dos Sistemas Bem Definidos e Funcionais:**

- Ter sistemas bem definidos e funcionais ajuda a evitar superposições, melhora a eficácia e promove a justiça. Por exemplo, sistemas de justiça criminal bem estruturados podem facilitar a reabilitação e reintegração de indivíduos.

**Foco na Paz Social:** A paz social é o resultado desejado de uma defesa social eficaz. Através da colaboração entre diferentes entidades e da promoção de políticas e práticas inclusivas, é possível criar uma sociedade mais segura e harmoniosa. O trabalho conjunto de todos os setores da sociedade é fundamental para alcançar e manter a paz social, destacando a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para a segurança e defesa social.

## **Missões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares:**

### **1. Missões impostas pela Constituição Federal (CF):**

- a. A segurança é valorizada como um elemento supremo na República Federativa do Brasil, fundamentando-se na garantia de direitos essenciais como vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.
- b. A CF também resguarda a liberdade de reunião e assegura a segurança dos participantes em tais eventos.

### **2. Funções definidas no Artigo 144 da CF:**

- a. O artigo mencionado estabelece a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio como funções primordiais.
- b. Destaca-se a atuação da Polícia Militar na Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública.
- c. Os Corpos de Bombeiros Militares têm como função a defesa civil.

### **3. Execução do Policiamento Ostensivo Fardado:**

- a. O dever é exercido de ofício, independentemente de solicitação.
- b. Com foco em atuações preventivas e repressivas, busca-se a dissuasão por meio da presença e demonstração de força.
- c. Quando necessário, é empregado o "poder de contenção".

### **4. Locais e Áreas Específicas:**

- a. A atuação se estende a locais públicos, abertos ao público, e propriedades públicas e privadas.
- b. Eventos particulares também são considerados matéria de segurança pública.

### **5. Função Policial nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares:**

- a. A prevenção primária busca evitar ilícitos penais e infrações administrativas.
- b. A restauração da ordem pública é feita através da repressão imediata.
- c. As ações têm foco na prevenção e interferem na harmonia social.
- d. Trata-se de um dever indelegável do Estado, não sendo passível de execução por particulares ou privados.

## **A Exclusividade das Polícias Militares no Policiamento Ostensivo de Trânsito:**

- A Polícia Militar tem exclusividade no emprego do policiamento ostensivo de trânsito, com foco na Polícia Ostensiva Preventiva. Este papel é fortalecido com a participação da comunidade, e é imperativo que seja executado com observância aos princípios de direitos humanos, ética e qualidade.
- As especificidades da atividade policial militar para manutenção da ordem pública incluem diferentes tipos de policiamento ostensivo. Há uma discussão sobre a delegação de poder de polícia para fiscalização de trânsito urbano aos municípios. No entanto, a competência das Polícias Militares para o policiamento ostensivo de trânsito é clara, com atribuições exclusivas para abordagem de veículos, busca pessoal, registro de acidentes e infrações penais de trânsito.
- A fiscalização nas vias públicas é inerente ao policiamento ostensivo de trânsito e não pode ser realizada por outros órgãos ou entidades executivas de trânsito urbano ou rodoviário. O novo Código de Trânsito Brasileiro reforça esta competência.

## **Missões Deduzidas:**

### **1. Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública:**

- Os objetivos incluem o policiamento permanente, a preservação do respeito à lei e autoridade, proporcionando segurança, mantendo a ordem social e jurídica, e zelando pela moralidade dos costumes.

### **2. Apoio a Órgãos Públicos:**

- Apoiar órgãos públicos no exercício do poder de polícia administrativa, além de preceder o emprego das Forças Armadas em situações de crise.

### **3. Competência Residual e Atividades Investigativas:**

- Inclui diligências para avaliação de focos de criminalidade, policiamento velado para segurança de dignitários, e investigação preliminar de deficiências do policiamento ostensivo em situações adversas.

Esta explanação apresenta uma visão geral das responsabilidades e atuações das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, destacando o compromisso com a segurança pública, a ordem e o bem-estar da comunidade, conforme definido pela Constituição Federal e as leis brasileiras.

## Exemplificando

### 1. Missões Impostas:

As missões impostas são como o DNA das Polícias Militares. Elas são estabelecidas legalmente e formam a base das nossas operações diárias. Vamos imaginar que vocês são recém-formados e foram designados para uma operação de policiamento ostensivo em um grande evento público na cidade, como um carnaval ou uma manifestação. O papel de vocês será manter a ordem pública, garantir a segurança dos cidadãos e, claro, intervir se ocorrerem distúrbios ou atividades criminosas. Tudo isso está dentro das missões impostas.

Exemplo Prático: Na Copa do Mundo de 2014, as Polícias Militares tiveram a missão imposta de manter a ordem, garantir a segurança dos torcedores e controlar o tráfego nas proximidades dos estádios. Essas atividades foram definidas pela legislação e pelos órgãos superiores, delineando claramente o que era esperado das forças policiais.

## 2. Missões Deduzidas:

Agora, além do nosso "DNA operacional", temos as missões deduzidas. Estas são como os músculos que nos permitem flexionar e adaptar-se a diferentes situações. Suponham que, enquanto estão patrulhando um bairro, vocês percebem que há uma série de vandalismo ocorrendo nas escolas locais. Embora não haja uma missão imposta específica para lidar com essa questão, vocês decidem iniciar um programa de educação comunitária para desencorajar o vandalismo e promover a segurança escolar. Isso é uma missão deduzida - uma resposta flexível e proativa a um problema identificado.

Exemplo Prático: Em uma cidade assolada por conflitos entre gangues juvenis, a Polícia Militar pode criar programas de engajamento comunitário, organizando atividades esportivas ou educacionais para oferecer aos jovens alternativas positivas. Essas iniciativas, embora não explicitamente estabelecidas na legislação, são deduzidas das necessidades da comunidade e visam complementar as missões impostas, fortalecendo a segurança e a harmonia social.

# Último Escalão da Cadeia Hierárquica de Descentralização do Poder de Polícia:

O último escalão na cadeia hierárquica onde o poder de polícia é descentralizado. Isso significa que, na estrutura da organização policial, vocês são os agentes executivos que têm contato direto com a comunidade, e são responsáveis por exercer o poder de polícia no terreno.

Exemplo Prático: Em uma operação de controle de tráfego, vocês estarão lá, no cruzamento movimentado, dirigindo o tráfego e garantindo a segurança dos pedestres.

- Primeiros a Tomar Conhecimento dos Atos Ilícitos:

Vocês são os olhos e os ouvidos no terreno. Quando algo errado acontece, vocês são frequentemente os primeiros a saber, seja um furto, um acidente de trânsito ou um distúrbio público.

Exemplo Prático: Se ocorrer um furto numa loja, vocês serão os primeiros a serem chamados ao local, tomando conhecimento direto do incidente e iniciando as ações necessárias.

- Decisões Discricionárias:

A realidade do trabalho policial exige que muitas vezes vocês tomem decisões discricionárias na linha de frente. Este é um paradoxo interessante, pois embora exista uma estrutura hierárquica, a natureza dinâmica do trabalho policial demanda que vocês façam julgamentos informados e rápidos no terreno.

Exemplo Prático: Se deparar com uma briga em um bar, vocês terão que decidir rapidamente como intervir de maneira segura para desescalá-la.

- Esforço Organizacional Centrado na Preparação:

Por último, é crucial que o esforço organizacional seja direcionado para preparar vocês adequadamente para o policiamento ostensivo, especialmente nos escalões de execução. A formação e o treinamento contínuo são essenciais para equipá-los com as habilidades e o conhecimento necessários para executar suas missões com eficácia e segurança.

Exemplo Prático: Os programas de treinamento e desenvolvimento, como simulações de cenários de confronto, são cruciais para preparar vocês para responder eficazmente em situações reais no terreno.

## **Integração do Policiamento Ostensivo Geral com as Ações do Policiamento Específico Executado por Unidades Especializadas:**

O policiamento ostensivo geral, que vocês estarão executando, é a face mais visível da polícia para a comunidade. É aquele que está nas ruas diariamente, em viaturas ou a pé, proporcionando segurança, respondendo a chamados e mantendo a ordem. No entanto, existem situações que requerem ações mais especializadas, que são fornecidas por unidades especializadas dentro da organização policial.

- **Exemplo Prático:** Imagine uma situação de manifestação pública que começa a ficar tumultuada. O policiamento ostensivo geral está lá, mas chega um ponto em que a unidade de choque pode ser necessária para controlar a situação.

Aqui estão os pontos-chave de como esta integração funciona e por que é crucial:

**1. Comunicação Eficiente:**

- Deve haver uma linha de comunicação clara e eficaz entre o policiamento ostensivo geral e as unidades especializadas. Vocês devem estar cientes de quem chamar e quando chamar em situações que exigem uma resposta especializada.

**2. Coordenação:**

- A coordenação entre diferentes unidades é crucial para garantir uma resposta eficaz. Cada unidade tem um papel específico e compreender como esses papéis se complementam permitirá uma atuação mais eficaz.

**3. Apoio Mútuo:**

- Há momentos em que as unidades especializadas podem necessitar do apoio do policiamento ostensivo geral e vice-versa. Esta colaboração é vital para garantir a segurança tanto do público quanto dos próprios policiais.

#### 4. Capacitação Contínua:

- Ter um entendimento básico das capacidades e funções das unidades especializadas pode ser muito benéfico. Isso pode ser alcançado através de treinamentos conjuntos e atualizações regulares.

#### 5. Resposta Rápida:

- Em situações de emergência, a rapidez na integração entre o policiamento ostensivo geral e as unidades especializadas pode ser a diferença entre uma resolução bem-sucedida e uma situação fora de controle.
- **Exemplo Prático Continuado:** Na situação da manifestação tumultuada, uma coordenação eficaz permitirá uma transição suave entre o policiamento ostensivo geral e a unidade de choque, assegurando a restauração da ordem de maneira eficaz e segura.

# Características e Princípios Norteadoras da Atuação do Policiamento Ostensivo:

Ampliar a compreensão sobre os princípios e características que guiam a atuação policial é fundamental para garantir um exercício ético e eficiente da função. Vamos desmembrar alguns desses princípios e características, esclarecendo sua importância prática no contexto do policiamento ostensivo.

## 1. **Eficiência:**

- Trata-se de realizar suas tarefas com o máximo de produtividade com o mínimo de desperdício de recursos. Por exemplo, resposta rápida a chamados e uso adequado de recursos disponíveis.

## 2. **Eficácia:**

- Eficácia é sobre alcançar os resultados desejados. Por exemplo, resolver uma situação de conflito com sucesso, restaurando a ordem pública.

## 3. **Prevenção:**

- Prevenir antes de remediar. A presença ostensiva e ações preventivas podem dissuadir potenciais infratores e evitar incidentes antes que aconteçam.

## 4. **Legalidade:**

- Todo ato policial deve ser baseado na lei. Respeitar e conhecer a legislação vigente é crucial para a atuação correta e justa.

## 5. **Legitimidade:**

- A legitimidade é conquistada através do reconhecimento público da autoridade e ação correta da polícia, sendo crucial para a confiança e cooperação entre a comunidade e a polícia.

## 6. **Imparcialidade:**

- Agir sem preconceitos ou favorecimentos, tratando todos com igualdade e justiça.

## 7. **Transparência:**

- Ser transparente nas ações e decisões ajuda a construir a confiança da comunidade e promove a accountability.

## 8. **Participação Comunitária:**

- Estabelecer um diálogo aberto e colaborativo com a comunidade ajuda na identificação de problemas locais e na criação de estratégias eficazes de policiamento.

- **Exemplo Prático:** Suponhamos que haja uma série de furtos ocorrendo em um bairro. A aplicação eficaz dos princípios mencionados poderia envolver a mobilização de recursos eficiente (Eficiência), a realização de patrulhas preventivas (Prevenção), o diálogo com os membros da comunidade para obter informações (Participação Comunitária), a condução de investigações dentro da legalidade (Legalidade), e a comunicação clara das ações e resultados para o público (Transparência), contribuindo assim para a resolução eficaz do problema (Eficácia) e ganhando a confiança e respeito da comunidade (Legitimidade e Imparcialidade).

## **Distensão da Malha Protetora:**

A distensão da malha protetora é uma metáfora visual muito eficaz para entender a necessidade de estender a presença e a ação policial em áreas onde são mais necessárias. Abordemos este conceito detalhadamente, junto com exemplos práticos para uma melhor compreensão.

### **1. Ampliação da Presença Policial:**

- **Exemplo:** Suponhamos que há um aumento na incidência de furtos em uma determinada área comercial da cidade. Ampliar a presença policial, através de patrulhas frequentes, pode servir como um meio de dissuasão para atividades criminosas.

### **2. Foco em Áreas de Maior Incidência de Crimes:**

- **Exemplo:** Em uma área residencial onde ocorrem muitos arrombamentos, o aumento da presença policial, especialmente durante a noite, pode reduzir a ocorrência desses crimes e proporcionar uma sensação de segurança aos moradores.

### **3. Atenção a Locais de Grande Fluxo de Pessoas:**

- **Exemplo:** Grandes eventos, terminais de ônibus, ou shoppings, são locais que atraem um grande número de pessoas e, conseqüentemente, podem ser alvos de criminosos. Uma presença policial reforçada nestes locais pode não só prevenir crimes, mas também auxiliar em situações de emergência.

### **4. Interatividade com a Comunidade:**

- **Exemplo:** O policiamento comunitário, através do qual os policiais interagem mais de perto com a população local, entendendo suas preocupações e estabelecendo uma relação de confiança, também faz parte da distensão da malha protetora, pois traz a polícia mais próxima da comunidade que serve.

### **5. Uso de Tecnologia:**

- **Exemplo:** A integração de tecnologias modernas, como câmeras de vigilância e softwares de análise de dados, pode auxiliar na distensão da malha protetora ao permitir um monitoramento mais amplo e uma resposta mais rápida às incidências criminais.

# Esforços de Recobrimentos Sucessivos:

A estratégia de recobrimentos sucessivos visa criar uma presença policial consistente e imprevisível em determinadas áreas, através de patrulhas frequentes e em horários alternados. Vamos desbravar este conceito, elucidando seus aspectos práticos e estratégicos:

## 1. Aumento da Sensação de Segurança:

- **Exemplo:** Num bairro onde a incidência de assaltos à noite é alta, patrulhas frequentes e em horários variados podem gerar uma sensação de segurança entre os moradores, já que a presença policial torna-se uma constante.

## 2. Inibição da Prática de Crimes:

- **Exemplo:** Em uma área comercial, se os criminosos perceberem que as patrulhas policiais são frequentes e ocorrem em horários inesperados, isso pode desencorajá-los de cometer crimes, pois o risco de serem pegos aumenta consideravelmente.

## 3. Criação de Incerteza para Criminosos:

- **Exemplo:** Se um determinado parque é conhecido por atividades ilegais após o anoitecer, a implementação de patrulhas aleatórias pode criar uma incerteza entre os possíveis infratores sobre quando a polícia pode aparecer, desencorajando atividades ilícitas.

## 4. Maximização da Cobertura com Recursos Disponíveis:

- **Exemplo:** Por vezes, os recursos são limitados. Utilizar uma estratégia de recobrimentos sucessivos permite maximizar a cobertura policial, garantindo que a presença policial seja sentida em diversos pontos ao longo do dia e da noite, mesmo com um efetivo não tão grande.

## 5. Coleta de Informações e Inteligência:

- **Exemplo:** Esta estratégia também pode auxiliar na coleta de informações e inteligência. As patrulhas frequentes podem permitir a observação de padrões suspeitos, a identificação de indivíduos problemáticos e a coleta de informações da comunidade.

Os recobrimentos sucessivos não apenas ajudam na prevenção do crime, mas também promovem uma comunicação melhor com a população, que passa a ver a polícia como uma presença regular e acessível em sua comunidade. Como futuros sargentos, vocês podem estar na linha de frente na implementação e coordenação de tais estratégias, o que exigirá uma boa compreensão das dinâmicas comunitárias e uma capacidade de adaptar-se conforme as necessidades da área que estão patrulhando.

# Estruturação e Desdobramento:

A estruturação e desdobramento são essenciais para garantir que o policiamento ostensivo seja eficaz e eficiente. Eles ajudam na divisão do trabalho, na organização do efetivo e na definição de responsabilidades, assegurando que as demandas de segurança de cada área sejam devidamente atendidas. Vamos explorar a estrutura desde a região até o subsetor, ilustrando como cada nível contribui para uma operação policial bem-sucedida:

## 1. Região:

- **Exemplo:** Suponhamos que a cidade seja dividida em três regiões principais - norte, sul e centro. Cada região teria um comando responsável por coordenar todas as atividades policiais naquela área, atendendo às necessidades específicas de segurança da população local.

## 2. Área:

- **Exemplo:** Dentro de cada região, há várias áreas. Por exemplo, na região norte, podemos ter áreas designadas como área 1, área 2 e área 3, cada uma com características e desafios únicos em termos de segurança.

## 3. Subárea:

- **Exemplo:** Uma subárea poderia ser um bairro ou um conjunto de bairros dentro de uma área. As subáreas permitem uma gestão mais focada e um entendimento melhor das dinâmicas locais.

## 4. Setor:

- **Exemplo:** Um setor pode ser uma parte de um bairro ou uma zona comercial específica dentro de uma subárea. Aqui, a patrulha e as operações são ainda mais específicas, lidando com desafios muito locais.

## 5. Subsetor:

- **Exemplo:** Um subsetor pode ser uma rua ou um quarteirão específico dentro de um setor. Este é o nível mais granular de desdobramento, permitindo que os policiais militares se concentrem em questões muito específicas e imediatas.

# Variáveis do Policiamento Ostensivo:

As variáveis do policiamento ostensivo são fatores que ajudam a categorizar e estruturar como a Polícia Militar opera no campo. Vamos destrinchar cada uma dessas variáveis - tipo, processo e modalidade, que orientarão a maneira como vocês, enquanto sargentos, empregarão suas equipes na manutenção da ordem pública. Utilizarei exemplos para ilustrar cada variável.

## 1. Tipo:

- **Geral:** Este é o policiamento comum que vemos no dia a dia, focado na manutenção da ordem pública e segurança comunitária.
- **Trânsito:** Policiamento específico nas vias urbanas e rurais para garantir a segurança no trânsito.
- **Rodoviário:** Policiamento em rodovias, focado em manter a segurança e fluidez do trânsito.
- **Guarda:** Policiamento que protege edifícios e instalações públicas.
- **Florestal:** Policiamento dedicado à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.
- **Exemplo:** Na cidade, teremos policiamento geral, de trânsito e guarda, enquanto em áreas mais rurais ou de reserva, teremos policiamento florestal.

## 2. Processo:

- **A pé:** Policiamento realizado a pé, permitindo maior proximidade com a comunidade.
- **Montado:** Policiamento realizado com o uso de cavalos, comum em áreas rurais ou eventos específicos.
- **Motorizado:** Policiamento realizado com o uso de veículos, proporcionando maior mobilidade.
- **Aéreo:** Policiamento e vigilância realizados com o uso de aeronaves.
- **Embarcado:** Policiamento realizado em corpos d'água com o uso de embarcações.
- **Exemplo:** Em áreas urbanas densas, o policiamento a pé e motorizado é mais comum, enquanto em áreas rurais ou durante eventos especiais, o policiamento montado pode ser mais eficaz.

## 3. Modalidade:

- **Patrulhamento:** A atividade de patrulhar áreas designadas para prevenir e identificar atividades ilegais ou suspeitas.
- **Permanência:** Manter uma presença constante em uma área específica para garantir a segurança.
- **Escolta:** Acompanhar e proteger indivíduos ou cargas valiosas durante o transporte.
- **Diligência:** Executar tarefas específicas, como investigações preliminares, atendimento a ocorrências ou prestação de socorro.
- **Exemplo:** Em dias de eventos importantes, a modalidade de escolta pode ser empregada para garantir a segurança dos dignitários presentes.

# Sistemas de Postos Policiais:

A estruturação de postos policiais em diferentes locais da cidade ou região é uma estratégia crucial para garantir uma resposta rápida e eficaz frente às demandas de segurança pública. A análise de dados de criminalidade e outros fatores socioeconômicos são essenciais para determinar os pontos estratégicos onde esses postos devem ser estabelecidos. Vamos detalhar alguns aspectos importantes sobre os sistemas de postos policiais:

## 1. Localização Estratégica:

- Os postos policiais devem ser posicionados em locais estratégicos, onde há maior incidência de atividades criminosas ou em áreas de grande circulação de pessoas.
- Exemplo:** Um posto policial localizado próximo a um grande centro comercial pode facilitar a resposta rápida a situações de furto ou assaltos na região.

## 2. Pronta Resposta:

- Com postos espalhados em pontos chave, a força policial pode responder mais rapidamente a qualquer incidente, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a eficácia na resolução de problemas.
- Exemplo:** Em caso de um acidente de trânsito com vítimas, a proximidade de um posto policial permite uma intervenção rápida para organizar o trânsito e prestar socorro.

## 3. Visibilidade e Presença:

- A presença visível de postos policiais transmite uma sensação de segurança à comunidade, além de atuar como um fator dissuasório para atividades criminosas.
- Exemplo:** Um posto policial em uma praça central pode inibir atividades de tráfico de drogas ou vandalismo na área.

## 4. Interação Comunitária:

- Postos policiais podem servir como pontos de interação entre a polícia e a comunidade, promovendo a comunicação e a cooperação.
- Exemplo:** A comunidade pode se dirigir ao posto policial para reportar atividades suspeitas ou para buscar informações e orientações de segurança.

## 5. Monitoramento e Inteligência:

- Através de postos policiais, é possível coletar e analisar informações sobre a dinâmica da criminalidade na região, auxiliando na tomada de decisões estratégicas para o policiamento.
- Exemplo:** A coleta de dados sobre horários e locais de maior incidência de crimes pode ajudar na programação de patrulhas mais eficazes.

# Patrulhamento Preventivo e Repressivo:

- O patrulhamento preventivo tem como objetivo a identificação e resolução de situações que possam gerar desordem ou criminalidade antes que elas ocorram. Já o repressivo atua no enfrentamento direto a atos criminosos em andamento.
- **Exemplo:** Policiamento em áreas com alta incidência de assaltos pode prevenir futuros crimes e, caso ocorra um crime, a resposta rápida é o aspecto repressivo que busca cessar a ação criminosa e prender os envolvidos.

## b) Preservação da Segurança de Patrimônio e Indivíduos:

- A preservação do patrimônio público e privado, serviços essenciais, áreas residenciais e comerciais, é vital para a manutenção da ordem e segurança nas comunidades.
- **Exemplo:** Policiamento em áreas comerciais durante horários de grande movimentação, garantindo a segurança tanto do patrimônio quanto das pessoas que circulam pelo local.

## c) Execução de Prisões, Apreensões e Garantia de Direitos Civis:

- A polícia tem a responsabilidade de executar ordens judiciais, como prisões e apreensões, garantindo que as leis sejam cumpridas. Além disso, é papel da polícia garantir o direito de reunião pacífica e exercer o poder de polícia quando necessário.
- **Exemplo:** Garantir a segurança durante manifestações pacíficas, intervindo apenas se houver atos de violência ou desordem.

## d) Apoio ao Ministério Público e Representação da Corporação:

- A Polícia Militar trabalha em conjunto com o Ministério Público e outros órgãos no combate ao crime organizado, além de realizar escoltas, diligências e operações de resgate. Representar a corporação de forma honrosa e respeitável é essencial para manter a confiança da comunidade.
- **Exemplo:** Em caso de sequestro, a Polícia Militar pode atuar em conjunto com unidades especializadas para resgatar reféns, ao mesmo tempo que mantém a ordem e a segurança no local da ocorrência.

Essas atividades formam a base da atuação das Polícias Militares, sempre focadas na proteção da população, manutenção da ordem pública e execução eficaz das leis. Preparar-se adequadamente e entender a importância de cada uma dessas funções ajudará a criar uma força policial mais eficaz e alinhada com as expectativas da sociedade.

O soldado da Polícia Militar, ou PM, desempenha um papel fundamental como agente do poder público junto à comunidade. Muitos deles provêm de camadas sociais mais modestas e estão em constante contato com a comunidade, buscando, com dedicação e determinação, alcançar os objetivos sociais da Polícia Militar. Esses profissionais, em sua maioria, possuem formação educacional mais elevada do que no passado, frequentemente com o ensino médio completo e, em alguns casos, até mesmo formação superior em andamento ou completa. Isso resulta em uma força policial mais capacitada e preparada para internalizar as responsabilidades e valores inerentes ao cargo e às atribuições constitucionais.

A doutrina que norteia as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares é baseada em três fundamentos essenciais: recursos humanos, território e legislação.

**Recursos Humanos:** O elemento humano é o ativo mais valioso de qualquer organização. Deve ser abordado de maneira holística, considerando aspectos físicos, mentais e espirituais, bem como as qualificações necessárias. A administração de pessoal deve preservar a autoestima e promover a atuação profissional, abrangendo aspectos como remuneração, saúde, promoção social, lazer, ética, e políticas de incentivo e correção de condutas. Além disso, apoio psicológico e técnico-jurídico são cruciais para lidar com situações de alto risco e violência.

**Território:** O ambiente operacional influencia significativamente as operações das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Terrenos diversos, como regiões pantanosas, montanhosas, densamente florestadas ou áreas urbanas densamente povoadas, podem tanto facilitar quanto dificultar as operações. É necessário garantir que os recursos humanos e os equipamentos estejam em condições adequadas para cada cenário.

**Legislação:** A legislação fornece a base para a organização, operação e emprego das forças auxiliares. A Constituição Federal estabelece as responsabilidades das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, como a manutenção da ordem pública e a preservação da vida e integridade das pessoas. Leis específicas também regulamentam o funcionamento das corporações e suas atribuições. É fundamental que as ações dessas forças estejam em conformidade com a lei e que a autoridade policial seja exercida dentro dos limites constitucionais.

A doutrina dessas instituições é constantemente formulada com base em experiências anteriores, tanto nacionais quanto estrangeiras, e deve ser adaptada às realidades culturais e características próprias de cada região. Ela enfatiza a defesa da vida, a manutenção da ordem pública, o controle da violência e a promoção da filosofia da Polícia Comunitária, bem como o respeito aos Direitos Humanos e à Ética Profissional.

## 1. Estruturação:

A criação e a localização das organizações policiais militares e dos bombeiros militares devem ser cuidadosamente planejadas, levando em consideração a missão fundamental dessas instituições, que é a defesa da lei, da ordem, das instituições democráticas e do território nacional. Além disso, diversos fatores específicos de cada unidade da federação devem ser considerados:

- a) Condições geo-sócio-econômicas: Cada região tem suas particularidades socioeconômicas e geográficas, o que influencia a demanda por serviços de segurança pública. Portanto, a distribuição das unidades deve ser estrategicamente planejada para atender às necessidades de cada localidade.
- b) Evolução demográfica: O crescimento populacional de uma região afeta diretamente a demanda por serviços de segurança. Um aumento na população pode exigir um aumento na presença policial para manter a ordem pública.
- c) Extensão territorial: Regiões geograficamente extensas podem demandar uma maior quantidade de unidades para garantir uma cobertura adequada.
- d) Índices de criminalidade: O nível de criminalidade em uma área determinada deve ser levado em consideração ao se planejar a distribuição das unidades policiais. Áreas com altos índices de criminalidade podem exigir um reforço na presença policial.

A capacidade de comando e gestão também é fundamental. A modernização dos procedimentos organizacionais, o uso de recursos da informática e a aplicação de técnicas modernas de pesquisa científica são essenciais para tomar decisões informadas e alcançar resultados eficazes. A qualidade das decisões de comando é crucial, pois lideranças competentes são fundamentais para o sucesso operacional.

A alta rotatividade nas funções de comando pode prejudicar a estabilidade interna e a continuidade dos objetivos organizacionais. Portanto, a manutenção da estabilidade e a promoção de líderes competentes são desafios importantes.

## 1. Integração com os órgãos policiais:

A integração entre as diferentes forças de segurança é essencial para garantir a eficácia das operações. No passado, as polícias civis e militares muitas vezes operavam de forma descoordenada e até mesmo hostil, competindo por poder e recursos. No entanto, a implantação das Áreas Integradas de Segurança Pública permitiu uma maior colaboração e cooperação entre essas instituições, respeitando suas competências específicas.

É importante reconhecer que as polícias civil e militar têm papéis diferentes na segurança pública e identidades institucionais específicas, mas elas se complementam. As Polícias Militares, ao atuarem na manutenção da ordem pública, devem seguir diretrizes de planejamento e controle operacional estabelecidas pelo titular do órgão.

A atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem deve ser uma medida excepcional, a ser adotada apenas quando as Polícias Militares se mostrarem insuficientes para restaurar a ordem pública. A coordenação entre as instituições é crucial para evitar conflitos e garantir a eficácia das operações.

## 1. Instrução, adestramento e aprestamento:

A preparação das forças de segurança é fundamental para garantir sua eficácia operacional e o cumprimento de suas missões. Isso envolve três aspectos principais:

**Instrução:** A instrução contínua é essencial para todos os níveis da organização, desde os executores até os comandantes. Ela visa garantir que todos compreendam suas responsabilidades e estejam preparados para desempenhar suas funções de maneira eficaz.

**Adestramento:** O adestramento é a prática que permite que os membros da organização desenvolvam suas habilidades e confiança para executar suas tarefas de forma eficiente, individualmente e em equipe.

**Aprestamento:** O aprestamento se refere ao estado de prontidão da organização, que inclui a preparação logística, como o fornecimento de equipamentos, suprimentos, transportes, armamentos, munições e recursos financeiros necessários para responder a situações de emergência com eficácia.

Todas essas etapas são essenciais para garantir que as forças de segurança estejam preparadas para responder a situações de emergência e manter a ordem pública. A eficiência operacional é crucial para ganhar o respeito e a confiança da sociedade em relação a essas instituições. No entanto, é importante lembrar que o uso de tecnologia deve ser equilibrado com a ética e o respeito aos direitos individuais, evitando o uso indevido de ferramentas tecnológicas para violar a privacidade das pessoas.

## 1. Melhor utilização da mão de obra disponível:

Para que as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares possam atingir seu potencial máximo, é essencial que elas adotem estratégias para atrair, reter e aproveitar da melhor forma a mão de obra disponível. Isso requer um planejamento contínuo que leve em consideração as qualidades e habilidades do público-alvo, bem como outros fatores relevantes. Aqui estão alguns dos principais aspectos a serem considerados:

- **Grau de profissionalização:** É fundamental que as instituições invistam na profissionalização de seus membros, não apenas durante a fase de recrutamento e formação, mas ao longo de toda a carreira. Isso envolve incentivos, acompanhamento e avaliação de desempenho contínuos, bem como a promoção de um sistema de meritocracia transparente. As regras de avaliação devem ser claras, e deve haver um equilíbrio entre critérios subjetivos e objetivos.
- **Tempo de serviço efetivo:** A gestão do tempo de serviço dos membros é crucial para garantir que a instituição possa contar com profissionais experientes e qualificados ao longo prazo. Isso implica estabelecer políticas claras de promoção e progressão na carreira, levando em consideração o tempo de serviço.
- **Tempo máximo de permanência no posto ou na graduação:** É importante estabelecer limites para a permanência de um membro em um determinado posto ou graduação, a fim de promover a rotatividade e evitar a estagnação. Isso também permite que os membros adquiram novas experiências e responsabilidades ao longo de suas carreiras.
- **Acesso aos novos postos e graduações:** Deve haver oportunidades claras e justas para que os membros avancem em suas carreiras e alcancem postos e graduações mais elevados. Isso motiva os profissionais a se esforçarem e contribuírem para o sucesso da instituição.
- **Rotatividade:** A rotatividade, ou seja, a movimentação dos membros entre diferentes áreas de atuação, é importante para garantir uma força policial ou de bombeiros mais versátil e adaptável às demandas da sociedade. Isso evita que os membros fiquem presos a funções específicas por longos períodos.
- **Indicadores para a fixação dos efetivos:** No Brasil, não existe um consenso sobre os critérios para determinar o número de efetivos necessários para atividades de polícia ostensiva. Diferentes cidades e regiões podem ter necessidades distintas, e os indicadores devem levar em consideração fatores como criminalidade, material disponível, qualidade dos recursos, renda per capita, população flutuante e outros. Os critérios podem variar dependendo das características locais.
- **Variação dos indicadores:** Os indicadores para a fixação dos efetivos podem variar dependendo da localidade e de fatores criminológicos específicos, como áreas portuárias, fronteiras, regiões com atividades de jogos e diversões, favelas, populações flutuantes e de baixa renda per capita. É importante ajustar os efetivos de acordo com esses fatores para uma atuação eficaz.
- **Média constatada:** A média de efetivos pode variar de 1,2 a 2 policiais por 1000 habitantes, desconsiderando tipos de policiamento específicos, como o de guarda, estabelecimentos penais e florestal.
- **Exemplo de Curitiba:** Um exemplo prático é o município de Curitiba, que, com base no censo de 2010, possui uma população de 1.746.896 habitantes. O 1º Comando Regional de Polícia estabelece indicadores para diferentes tipos de policiamento, levando em consideração fatores como criminalidade, trânsito, guarda, policiamento florestal, entre outros.

Esses indicadores variam de acordo com a natureza da atividade policial e as características da região. É importante lembrar que não existe um único critério válido para todos os lugares, e cada localidade deve avaliar suas necessidades específicas para determinar o número adequado de efetivos.

- Democratizar a gestão da ordem pública: A democratização da gestão da ordem pública é um passo importante para garantir que as decisões relacionadas à segurança pública sejam tomadas de forma participativa e transparente. Isso envolve a participação ativa da comunidade, agências civis, e não apenas das forças policiais, na formulação de políticas e estratégias de segurança.
- Comunitarização das ações: A comunitarização das ações de ordem pública reconhece que a responsabilidade pela manutenção da ordem vai além das forças policiais. Comunidades, agências públicas e civis desempenham um papel fundamental na construção da ordem pública. Portanto, é essencial promover a cooperação entre esses atores para alcançar resultados eficazes.
- Papel das administrações municipais: As administrações municipais desempenham um papel crucial na promoção da ordem pública, uma vez que a ordem é construída localmente. Elas têm a responsabilidade de garantir a qualidade de vida da população em nível local e possuem recursos e ferramentas que afetam diretamente o cotidiano dos cidadãos. Isso não implica na municipalização da polícia, mas na participação ativa das prefeituras na promoção da ordem pública.
- Direitos humanos: A promoção e defesa dos direitos humanos são fundamentais para a construção de uma ordem pública justa e respeitosa. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no Brasil, por exemplo, define direitos humanos como sendo todos os direitos fundamentais de todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, orientação sexual, entre outros. Isso inclui o direito de ir e vir sem ser molestado, o direito de ser tratado com dignidade, o direito a um julgamento justo, o direito de não ser vítima de tortura, entre outros.
- Compromissos do governo com os direitos humanos: O governo brasileiro tem assumido compromissos com os direitos humanos ao longo dos anos, reconhecendo responsabilidades por violações passadas e implementando medidas para promover esses direitos. Isso inclui o reconhecimento das mortes de pessoas desaparecidas por motivos políticos, a federalização dos crimes de direitos humanos, a transferência do julgamento de crimes dolosos contra a vida cometidos por militares para a Justiça Comum, a tipificação do crime de tortura e a aceitação da jurisdição compulsória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em casos de instâncias nacionais incapazes de assegurar a justiça.
- Eixos dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH): Os PNDH têm abordado diferentes eixos ao longo do tempo. O PNDH-I enfatizou os direitos civis e políticos em 1996, enquanto os eixos principais dos três programas incluíram a promoção de direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como o combate à impunidade e a defesa dos direitos de grupos específicos, como crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e outros.

Os compromissos com os direitos humanos e a busca por uma ordem pública eficaz e justa são elementos essenciais em qualquer sociedade democrática, e é importante que as políticas públicas e as ações governamentais sejam orientadas por esses princípios para garantir o bem-estar e a segurança de todos os cidadãos.

# Problematização da Criminalidade e da Violência

O problema da criminalidade e da violência tornou-se uma questão cada vez mais agravada nas últimas décadas, ganhando destaque sob o nome de "Violência Urbana". Este fenômeno se caracteriza pela alta incidência de crimes violentos, incluindo assaltos, homicídios, latrocínios, estupros, sequestros e tráfico de drogas, principalmente nas grandes cidades. Essa escalada da violência coincidiu com diversos desafios sociais, como o desemprego, a inflação, a recessão, a migração interna, a deterioração dos valores morais e outros problemas socioeconômicos.

Nesse contexto, o consumo excessivo de álcool também desempenha um papel importante, afetando todas as camadas sociais e contribuindo para o aumento da criminalidade e dos acidentes de trânsito.

A situação evoluiu em fases distintas:

1. **Fase Incidental:** Inicialmente, o problema se manifestou com a incidência crescente de crimes violentos, tornando-se uma preocupação nacional e recebendo ampla cobertura da mídia.
2. **Fase Crítico-Analítica:** A sociedade reagiu, com diversos segmentos buscando identificar as causas da violência e propor soluções para contê-la. Cientistas sociais, juristas, autoridades e o público em geral se mobilizaram nesse esforço.
3. **Fase Corretiva:** Esta fase envolveu esforços para corrigir as distorções existentes no sistema de segurança pública. Foram adotadas medidas para aumentar a eficiência das instituições de segurança e para abordar as causas subjacentes da violência.

No cenário nacional, foram implementadas várias iniciativas:

- **Plano Diretor de Policiamento Urbano:** A Polícia Militar do Paraná respondeu aos anseios da sociedade paranaense com a implantação do Sistema Modular de Policiamento Urbano.
- **Mutirão contra a Violência:** Convocação de um mutirão nacional contra a violência, resultando em nova legislação sobre armas, crimes de "colarinho branco" e maior alocação de recursos para a segurança pública.
- **Atualização da Legislação e Juizado Especial:** Na década de 90, ocorreu a atualização da legislação relacionada ao crime organizado e a instalação do Juizado Especial para julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo.

No entanto, atualmente, o desafio da segurança pública persiste. A segurança pública, tanto como conceito governamental quanto como um valor vital para a sociedade, enfrenta desafios significativos. Os índices crescentes de criminalidade são uma prova disso, e o medo e a insegurança afetam as pessoas em todos os níveis da sociedade, inclusive em cidades menores, onde o consumo de crack se espalhou.

Diversos fatores são apontados como causas da criminalidade e da violência:

- **Falta de Programas Assistenciais:** A ausência de programas sociais para auxiliar as camadas mais vulneráveis da população contribui para a criminalidade.
- **Desemprego entre os Jovens:** O desemprego entre os jovens é um fator que pode levar ao envolvimento em atividades criminosas.
- **Carência de Educação:** A falta de acesso à educação de qualidade também é identificada como uma das causas subjacentes da criminalidade.
- **Desordenamento Urbano:** O desordenamento das metrópoles, com falta de saneamento, habitação, escolas e hospitais, pode criar condições propícias para o crime.
- **Desagregação Familiar:** A desagregação familiar também é mencionada como um fator que contribui para o aumento da criminalidade.
- **Miséria e Fome:** A miséria e a fome podem levar as pessoas a ignorar a lei em busca de sobrevivência, resultando em crimes.
- **Crimes do Colarinho Branco:** Além dos crimes violentos, crimes do colarinho branco, envolvendo corrupção e abuso de poder por parte de políticos e funcionários públicos, também são um problema significativo.
- **Crimes Cibernéticos:** Os crimes cibernéticos, incluindo a fraude online e o roubo de dados, tornaram-se uma variável contemporânea do crime organizado.
- **Tráfico de Drogas:** O tráfico de drogas é apontado como uma das principais causas de homicídios no Brasil, e a disseminação do consumo de drogas, como o crack, é uma preocupação crescente.

A complexidade da questão da criminalidade e da violência exige uma abordagem multifacetada que aborde tanto as causas sociais quanto a eficácia das instituições de segurança pública. É fundamental que as políticas públicas e as ações governamentais se concentrem na prevenção, na educação, no fortalecimento das instituições e na promoção do bem-estar social como parte da solução para esse desafio persistente.

# Polícia - Função e Atividade

A polícia desempenha um papel fundamental na sociedade, mantendo a ordem pública, garantindo a segurança dos cidadãos e aplicando a lei. Neste texto, exploraremos a função e as atividades da polícia, abordando a distinção entre polícia administrativa e judiciária, bem como as características dessas duas áreas.

A polícia é uma atividade administrativa estatal que utiliza a coerção para atingir seus objetivos. Esses objetivos podem ser divididos em três categorias principais: prevenir a perturbação da ordem pública, reprimir crimes já cometidos (conceito negativo) e promover a harmonia social e a tranquilidade pública, protegendo e socorrendo as pessoas e suas comunidades (conceito positivo).

A distinção entre polícia administrativa e judiciária tem suas raízes no Direito Processual Francês, que buscou separar claramente as funções da polícia e da justiça, em consonância com a doutrina da separação de poderes introduzida pela Revolução Francesa. A polícia administrativa é responsável pela manutenção da ordem pública, independentemente da repressão de infrações. Já a polícia judiciária atua após a prática de um crime, auxiliando na investigação e preparação para a ação judicial.

É importante destacar que a atuação da polícia deve ocorrer dentro dos limites legais e em prol do interesse público. Embora a polícia administrativa possa intervir de forma enérgica em situações diversas, ela não está acima da lei e o Estado é responsável por supervisionar e corrigir eventuais excessos ou abusos cometidos por seus agentes.

A ênfase na ação preventiva da polícia administrativa é crucial para a manutenção da ordem pública e da qualidade de vida da população. O papel principal da polícia administrativa não é apenas prender criminosos, mas também antecipar-se ao crime, evitando que ele ocorra.

No contexto da polícia administrativa, a Polícia Militar desempenha um papel significativo, atuando na prevenção e na contenção de movimentos multitudinários, bem como no policiamento ostensivo de diversas áreas, como trânsito, costumes e reuniões públicas.

Em contraste, a polícia judiciária concentra-se na investigação de crimes e contravenções tipificadas nas leis penais. Sua função é identificar os criminosos e preparar os casos para a ação judicial, atuando como um órgão auxiliar do Poder Judiciário.

A distinção entre polícia administrativa e judiciária é estabelecida com base na atividade desempenhada, não na natureza do órgão policial, seja ele federal ou estadual. A competência de cada órgão é determinada pela Constituição, de acordo com a função que lhe é atribuída.

Em resumo, a polícia desempenha um papel essencial na sociedade, mantendo a ordem pública, prevenindo e reprimindo crimes, protegendo os cidadãos e auxiliando no processo de justiça. A distinção entre polícia administrativa e judiciária é fundamental para garantir que essas funções sejam realizadas de maneira eficaz e em conformidade com a lei.

## 1. Instituição Polícia Militar

### **Origens Históricas**

A instituição da Polícia Militar tem raízes históricas que remontam ao Brasil do início do século XIX. O decreto de 13 de maio de 1809, emitido por D. João VI, durante o período em que a família real portuguesa estava no Brasil, marca um dos primeiros passos na criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte. Esse decreto estabeleceu os princípios que têm norteado a atividade policial no país ao longo dos anos.

No decreto, a necessidade de prover a segurança e a tranquilidade pública na cidade do Rio de Janeiro, que estava em rápido crescimento devido ao aumento populacional e comercial, foi destacada. Para atender a essa demanda, foi criada a Divisão da Guarda Real da Polícia da Corte, com base em um plano elaborado pelo Conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A nova guarda seria composta pelos melhores soldados dos quatro Regimentos de Infantaria e Cavalaria de Linha da guarnição da Corte, escolhidos pela robustez necessária para suas funções e pelo bom comportamento.

Alguns pontos essenciais desse decreto incluem:

1. A dupla subordinação do comandante da guarda: ele era subordinado tanto ao governador das Armas da Corte, como chefe de tropa militar, quanto ao intendente geral da Polícia, como autoridade policial. Essa estrutura de comando, que continua até os dias atuais, destaca a dualidade das funções da Polícia Militar.
2. A guarda era formada pelos melhores soldados, não apenas pela robustez física, mas também por seu comportamento exemplar.
3. A necessidade de relatar diariamente ao governador das Armas, ao intendente geral da Polícia e ao ministro dos Negócios da Guerra todas as atividades e eventos ocorridos.

### **Evolução Histórica**

A história das Polícias Militares no Brasil é marcada por diversas fases de evolução e mudanças. Durante o Brasil Império, as forças públicas se transformaram em organizações essencialmente militares, desempenhando um papel crucial na independência do país. Essas forças deram origem aos primeiros corpos do Exército Brasileiro.

Em 1831, com o Decreto Imperial assinado por padre Feijó, as forças públicas evoluíram para os Corpos de Guardas Municipais Permanentes, que foram fundamentais para a manutenção da ordem pública nesse período.

Com o advento da República, destacam-se as Brigadas Policiais, que consolidaram o modelo atual, onde as forças federais estão sob o controle do presidente da República, enquanto as forças estaduais estão sob o comando dos presidentes dos estados. A partir de 1934, as Polícias Militares foram mencionadas na Constituição e passaram a ter maior controle por parte da União.

Nesse contexto, os principais estados brasileiros adotaram uma estrutura básica para suas organizações policiais, dividindo-as em:

- a) Polícias Cíveis, responsáveis pela atividade de polícia judiciária, investigação e busca da autoria e materialidade dos crimes.
- b) Polícias Militares, que adotam uma estrutura e estética militar, baseadas na hierarquia e disciplina, e têm a responsabilidade pelo policiamento ostensivo e preventivo.

As forças policiais brasileiras continuaram a tradição recebida de Portugal, com uma base estética militar que difere da tradição da polícia civil. Enquanto a polícia civil se concentra em investigações criminais, a Polícia Militar atua com uma abordagem mais ostensiva e preventiva, mantendo a ordem pública e protegendo os cidadãos.

Assim, as Polícias Militares desempenham um papel essencial na segurança pública, tanto em situações de policiamento rotineiro quanto em momentos de maior desafio, como insurreições e a defesa do estado. Sua história é uma parte fundamental do desenvolvimento do Brasil como nação e sua evolução continua a refletir as necessidades em constante mudança da sociedade brasileira.

# Caráter Militar das Forças Estaduais

## Fundamentos da Definição do Caráter Militar

Para justificar o caráter militar das forças públicas estaduais como algo permanente e essencial à sua própria concepção, é fundamental entender a história e os princípios subjacentes a essa ideia. Historicamente, as forças armadas sempre tiveram uma dupla finalidade: defender o território e manter ou impor a ordem interna. Essa dualidade de funções torna difícil estabelecer fronteiras precisas entre as competências da polícia e do exército.

No Brasil, as origens das forças armadas e das forças públicas estaduais são comuns, remontando ao período colonial, quando essas organizações desempenhavam tanto a defesa externa quanto a manutenção da ordem interna. No entanto, à medida que a nação se desenvolveu social, política e tecnologicamente, essas forças se especializaram em suas respectivas funções, tornando-se cada vez mais distintas.

As forças armadas se concentraram na defesa do território e na preparação para a guerra, enquanto as forças públicas estaduais se especializaram em manter a ordem pública e prevenir e reprimir crimes. É importante notar que, apesar dessa especialização, ambas as instituições compartilham características especiais comuns.

É essencial reconhecer que uma força policial, embora organizada de maneira militar, não é equivalente às forças armadas. Enquanto as forças armadas estão focadas na guerra e na defesa da pátria, com a destruição do inimigo como seu objetivo final, as forças policiais têm a tarefa de prevenir e reprimir crimes, respeitando os direitos humanos e a dignidade das pessoas. A função e a atividade não definem se um agente é civil ou militar; é a organização e o sistema de valores que determinam essa classificação.

## Hierarquia, Disciplina e Instituição Polícia Militar

A hierarquia e a disciplina são elementos fundamentais de qualquer organização militar, incluindo as Polícias Militares. A hierarquia estabelece a subordinação, enquanto a disciplina fundamenta a obediência. Esses princípios são indispensáveis para manter a ordem e o progresso em uma organização.

As Polícias Militares, como instituições hierarquizadas e disciplinadas, são regidas pelo poder hierárquico. Esse princípio é fundamental no direito administrativo e é aplicado mesmo na ausência de legislação específica. A hierarquia e a disciplina são a base dessas instituições.

É importante notar que a disciplina não gera hibridismo nas Polícias Militares, mas sim estabilidade interna. Os membros dessas instituições são dedicados ao serviço da sociedade e da pátria, com disponibilidade integral e prontidão permanente, sem direito a compensações extra. Além disso, eles são proibidos de se envolver em atividades políticas, sindicatos ou greves enquanto estiverem na ativa.

O caráter militar das Polícias Militares é uma garantia para a sociedade contra o arbítrio e o despotismo de uma força descontrolada. A hierarquia e a disciplina são instrumentos de controle que asseguram o cumprimento do dever profissional e a preservação da ordem pública.

## Síntese das Características das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como Organizações Militares

As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, oriundos de um tronco comum com as forças armadas, compartilham diversas características essenciais:

- Valores Comuns:** Ambas as instituições valorizam princípios como honra, dever, coragem, patriotismo, dignidade e honestidade.
- Educação Contínua:** Os profissionais dessas instituições passam por um processo contínuo de formação, aperfeiçoamento e especialização ao longo de suas carreiras.
- Dedicação Integral:** Os membros dessas instituições dedicam-se integralmente ao serviço da sociedade, com disponibilidade 24 horas por dia.
- Proibição de Atividades Políticas:** É proibido o envolvimento em atividades políticas, sindicatos ou greves enquanto estiverem na ativa.
- Culto à Disciplina e Hierarquia:** A hierarquia e a disciplina são fundamentais para essas organizações, garantindo a ordem e o progresso.
- Responsabilidade e Moral Profissional:** Os membros dessas instituições devem manter um alto padrão moral e profissional, pois qualquer desvio de conduta é amplamente divulgado e impacta a opinião pública.
- Operacionalidade e Serviço à Sociedade:** As instituições são operacionais e adaptam-se às necessidades da sociedade, seja em situações de guerra, calamidades públicas ou ações de alto risco.

Essas características comuns garantem que as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares sejam instituições confiáveis, capazes de exercer o monopólio do uso legítimo da força em nome do Estado, com respeito aos direitos humanos, dignidade das pessoas e eficiência no cumprimento de suas missões.

## **Críticas em relação à consideração das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como forças auxiliares e reserva do Exército**

As críticas em relação à consideração das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como forças auxiliares e reserva do Exército frequentemente são infundadas e mal interpretadas. Essa designação não implica a adoção de atitudes militares no policiamento, como erroneamente sugerido por alguns críticos.

Como já foi destacado, os conteúdos programáticos e a formação dos policiais militares e bombeiros militares são substancialmente diferentes dos de uma força militar. Além disso, a reserva do Exército se aplica às corporações como um todo e não aos indivíduos, o que significa que cada cidadão, de acordo com a legislação vigente, é considerado reservista e defensor da Pátria, independentemente de sua categoria profissional.

A Constituição Federal confere às Forças Armadas a responsabilidade de garantir os poderes constitucionais e a lei e a ordem, e em situações excepcionais, essas forças podem atuar em conjunto com as forças estaduais, como as Polícias Militares. No entanto, mesmo nesses casos, as forças estaduais mantêm suas missões típicas de polícia militar, não se tornando unidades militares convencionais.

O desembargador Álvaro Lazzarini enfatiza que o modelo policial brasileiro não é único e é semelhante ao de outros países, cada um com suas peculiaridades. Ele argumenta que os ataques à investidura militar das polícias brasileiras são frequentemente impulsionados por interesses ideológicos ou grupos que temem intervenções militares no poder político. Além disso, ele destaca que a disciplina rígida é essencial para a polícia e que a queda dessa disciplina pode resultar em abusos policiais.

Portanto, a consideração das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como forças auxiliares e reserva do Exército não implica necessariamente uma militarização excessiva da polícia, mas sim a manutenção de uma estrutura organizacional que permite o cumprimento eficiente do dever de manter a ordem pública e garantir a segurança da sociedade. A disciplina e a hierarquia desempenham papéis fundamentais na eficácia dessas instituições, especialmente em situações de crise ou gravidade, onde as ordens devem ser imediatamente cumpridas para garantir a segurança pública.